



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003215-25.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Vanessa Molina de Vasconcellos**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Há interesse processual, porque a provocação administrativa não constitui requisito ou condição para a propositura de ação judicial. Se não bastasse, no presente caso a prefeitura municipal resistiu ao pleito, pelo mérito, reforçando a necessidade da ação ora em julgamento.

Prosseguindo, a existência do buraco na via pública e ocorrência do acidente estão comprovados às fls. 17/20 e 23/24, os danos pelas fotografias de fls. 21/22.

O réu trouxe relatório, fls. 74/75, com as informações de que (a) reparos asfálticos foram realizados em 14.02.2017, dado coerente com a ocorrência do acidente dias antes, em 03.02.2017 (b) há inclusive outro processo administrativo para a reparação de danos ocorridos em outra data, com outro veículo, no mesmo local.

Afasta-se a culpa exclusiva ou concorrente da vítima, não respaldada por qualquer elemento probatório, considerando-se a dinâmica incontroversa do acidente que, frise-se, ocorreu às 18h30min, ou seja, momento em que, segundo o relatório apresentado pela própria prefeitura e acima referido, pode ser afetada "a capacidade do motorista de ver".

Nesse cenário, o réu é responsável perante a autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não se trata de relação de consumo, porque a via pública não é pedagiada, de modo que o serviço oferecido pelo Município de São Carlos não é prestado mediante remuneração, requisito exigido pelo art. 3º, § 2º do CDC, afastando-se, portanto, a responsabilidade fundamentada nesse diploma.

Aplicável, na realidade, o disposto no art. 1º, § 3º do CTB, ao prever a responsabilidade objetiva pelos danos causados aos cidadãos em virtude de não se garantir o exercício do direito do trânsito seguro. In verbis:

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

Trata-se de norma especial que, de acordo com critério tradicional de resolução de antinomias, prevalece sobre a regra geral de responsabilidade subjetiva nos casos de comportamento omissivo da administração pública.

Se as condições necessárias para que se tenha o trânsito seguro não forem respeitadas, daí já emerge a responsabilidade do órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

Não há dúvida de que a existência de um buraco na pista constitui violação à garantia de do trânsito em condições de segurança, razão pela qual nessa hipótese há, realmente, a responsabilidade da administração pública.

Quanto ao valor da condenação, a autora corretamente obteve três orçamentos, fls. 14, 15 e 16, e teve o cuidado de excluir o valor relativo ao outro pneu, que também teve de ser trocado para que os dois ficassem em condições de uso iguais.

Por fim, observo que a questão relativa à franquia resta superada pela



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

manifestação da Municipalidade, de fls. 89/90.

Julgo procedente a ação para condenar o Município de São Carlos a pagar a Vanessa Molina de Vasconcellos a quantia de R\$ 424,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - Modulada desde 04.02.2017 (fls. 16), e juros moratórios equivalentes aos aplicados às cadernetas de poupança, desde 03.02.2017 (data do fato).

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 14 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**